

SIMPÓSIO AT097

O PAPEL ARGUMENTATIVO DOS VERBOS AUXILIARES MODAIS: UMA ABORDAGEM SISTÊMICO-FUNCIONAL

TRINDADE BISPO, Bruna
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
brunamvtrindade@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo apresentar uma reflexão acerca do papel argumentativo dos verbos auxiliares modais no gênero textual editorial ao reconhecer o valor dessas estruturas léxico-gramaticais em termos de sua funcionalidade em situações concretas de uso. Baseado nos princípios da linguística sistêmico-funcional (doravante LSF) e nas contribuições de Ingedore Koch, este estudo mantém a atenção voltada para a metafunção interpessoal manifestada pelos auxiliares modais, associada à argumentação. Essa metafunção ocupa-se da função que a linguagem tem de expressar a participação dos falantes/ouvintes na situação de discurso. A opção pela linguística sistêmico-funcional como base teórica do atual estudo justifica-se pela consideração da oração como unidade gramatical plurifuncional, organizada simultaneamente de acordo com significados ideacionais, interpessoais e textuais. Além disso, a análise de um editorial deve-se ao caráter argumentativo bastante marcante nesse gênero textual ao exprimir a opinião do órgão em questão. Por meio deste artigo, pretende-se propor uma análise dessas estruturas no campo discursivo ao optar pela linguística sistêmico-funcional como referencial teórico.

Palavras-chave: verbos auxiliares modais, abordagem sistêmico-funcional, metafunção interpessoal, argumentação.

ABSTRACT: This paper aims to present a reflection on the argumentative role of modal auxiliary verbs in the editorial genre, by means of recognizing the value of these lexical-grammatical structures in terms of their functionality in concrete usage. Based on the principles of the systemic functional linguistics (hereafter LSF) and the contributions of Ingedore Koch, this study focuses on the interpersonal metafunction manifested by modal verbs, associated with argumentation. This metafunction handles the linguistic skill of expressing the participation of speakers / listeners in discourse. The option for the systemic functional linguistics as the theoretical basis for the present study is justified by the fact that the sentence is regarded as a multi-functional grammatical unit, organized simultaneously according to ideational, interpersonal and textual meanings. In addition to this, the analysis of an editorial is due to the quite remarkable argumentative feature of this textual genre when expressing the opinion of the institution. In this article, we intend to propose an analysis of these structures in the discursive area when opting for systemic functional linguistics as a theoretical reference.

Keywords: modal auxiliary verbs, systemic-functional approach, interpersonal metafunction, argumentation.

Introdução

De maneira geral, os estudos dos fenômenos linguísticos estão centrados na análise da língua por ela mesma, ao desconsiderar, na maioria das vezes, os contextos de uso e as intenções comunicativas daquele que fala ou escreve. O objetivo deste artigo é ir além das abordagens linguísticas tradicionais, tomando como base os estudos de Michael Halliday (1994) no âmbito da metafunção interpessoal. Além disso, serão acrescentadas à presente pesquisa as contribuições na área do discurso e da argumentação de Ingedore G. Villaça Koch (2008). Serão analisados os verbos auxiliares modais em um editorial de jornal como elementos atenuadores ou de reforço para a argumentação.

1. Os verbos auxiliares modais em uma abordagem sistêmico-funcional

Como qualquer abordagem funcional da linguagem, a perspectiva sistêmico-funcional parte da ideia central de que a forma é subordinada à função. Nessa perspectiva, Halliday (1979) identifica quatro funções que a linguagem tem de cumprir em qualquer cultura: 1) interpretar o conjunto das experiências dos falantes; 2) expressar certas relações lógicas elementares; 3) expressar a participação dos falantes/ouvintes na situação de discurso; e 4) ser capaz de fazer tudo isso simultaneamente, organizando-se como discurso relevante.

Com base nessas funções, Halliday (1994) estabelece o que ele chama de metafunções da linguagem, conceito-base da teoria sistêmico-funcional, por representarem os constituintes da estrutura interna da linguagem. Assim, as duas primeiras funções elencadas compõem a metafunção ideacional. A segunda constitui a chamada metafunção interpessoal, e terceira recebe o nome de metafunção textual.

Halliday (1994) adverte que todas essas funções estão presentes em uma dada frase, sem prioridade de uma sobre a outra. Assim, cada frase representa uma

codificação simultânea de conteúdos semânticos associados às três metafunções: a oração como representação (metafunção ideacional), a oração como troca (metafunção interpessoal), a oração como mensagem (metafunção textual).

Sobre a metafunção interpessoal, a qual daremos prioridade, evidencia Halliday:

Uma das funções da linguagem é proporcionar interação entre as pessoas, permitindo a manifestação de condições sociais, atitudes individuais e sociais, avaliações, julgamentos e coisas que tais; e isso inclui participação na interação linguística (HALLIDAY, 1976, p. 154).

Sendo assim, pode-se dizer que metafunção interpessoal, que norteia nosso estudo, põe em exame a língua enquanto troca ou interação.

Para Halliday (1994), a fala possui essencialmente, dois papéis básicos: o de dar e o de pedir. Além desses papéis de fala, o linguista propõe a diferença entre os tipos de valores a serem trocados nessa interação: bens e serviços (valores não verbais) e informações (valores verbais). A combinação dessas categorias – tipos de papéis de fala e valores – dá origem às quatro principais funções de fala: oferecimento (“dar bens e serviços”); ordem (“pedir bens e serviços”); declaração (“dar informação”) e pergunta (“pedir informação”).

Segundo Halliday (1994), quando a língua é usada para trocar bens e serviços, a função semântica da oração utilizada para esse fim é a proposta. Por outro lado, quando a língua é usada para a troca de informações, a função semântica da oração é a proposição.

Na perspectiva sistêmico-funcional, os significados interpessoais são codificados na oração pelo sistema de Modo (“Mood”), que estabelece duas partes na oração: Modo e Resíduo. O Modo, no inglês, é representado pelo Sujeito, formado pelo grupo nominal, e pelo operador Finito. O Finito é o elemento que torna uma proposição passível de argumentação, ou seja, é ele que relaciona a proposição a seu contexto no evento de fala. Na língua portuguesa, o Finito é

representado pelas desinências verbais e pelos verbos auxiliares, os quais podem indicar o tempo ou ainda outras características, como aspecto, voz e modalidade.

Outra categoria que envolve significados interpessoais recebe o nome de modalidade. A modalidade é, pois, a categoria discursiva que indica as intenções, os sentimentos e as atitudes do locutor com relação ao seu discurso. Em outras palavras, é o valor que o emissor atribui aos estados de coisas que descreve ou a que alude em seus enunciados.

2. As relações entre discurso, argumentatividade, modalidade e gênero editorial

Segundo Koch (2008), interagir socialmente por meio da língua está associado à argumentatividade. O homem, que é um ser dotado de razão e vontade, está sempre avaliando, julgando, criticando, isto é, formando juízos de valor. Além disso, por meio do discurso, o homem procura influenciar o comportamento do outro ou fazer com que o outro compartilhe das mesmas opiniões que ele.

Koch (2008) afirma que as relações discursivas ou pragmáticas têm caráter subjetivo já que dependem das intenções do falante e dos efeitos pretendidos por ele ao produzir o seu discurso. Em vista disso, as relações a serem apresentadas neste artigo estão inseridas no discurso por meio de marcas linguísticas. Como as estruturas léxico-gramaticais a serem analisadas em um editorial de jornal são os verbos auxiliares modais, é muito importante citar o que Koch (2008) diz a respeito desses operadores modais antes de elencar os seus diversos tipos:

O que importa ressaltar é o fato de que, ao produzir um discurso, o locutor manifesta suas intenções e sua atitude perante os enunciados que produz através de sucessivos atos ilocucionários de modalização, que se atualizam por meio dos diversos modos de lexicalização que a língua oferece (operadores modais). (KOCH, 2008, p. 85)

Sendo assim, os estudos de Koch (2008, p.73) aqui apresentados, ao considerarem “as modalidades como parte da atividade ilocucionária, já que revelam a atitude do falante perante o enunciado que produz”, só reafirmam o que diz Halliday no âmbito da metafunção interpessoal da linguística sistêmico-funcional.

Vale ressaltar que, ao lado da definição de modalidade, já citada anteriormente, pode-se afirmar que, em sentido amplo, a linguagem caracteriza-se, fundamentalmente, pela argumentatividade, que é um instrumento de poder. É possível, contudo, reconhecer que, embora o traço da argumentatividade esteja presente nos textos em geral, há aqueles em que se observa claramente a intenção de persuadir, de agir sobre o ouvinte/leitor. Esse é o caso do gênero editorial, que por se tratar de um texto essencialmente argumentativo, tem a função interpessoal posta em evidência. A partir da configuração e da estrutura desse gênero, decorrem, naturalmente, diferentes escolhas léxico-gramaticais.

3. Os auxiliares modais e o gênero editorial: análise de um exemplar

O editorial “Indenização a vítimas de barragem em Brumadinho precisa ser rápida”, que será analisado nesta seção, foi extraído do jornal *O Globo* na edição do dia 11 de fevereiro de 2019. O exemplar, na íntegra, segue como anexo deste artigo. É importante destacar que o único critério para a escolha do editorial em questão foi uma maior ocorrência de verbos auxiliares modais que materializam a visão adotada pelo veículo de comunicação, isto é, que compõem as sequências argumentativas do texto.

Identificamos, após levantamento, quatro verbos auxiliares modais que atuam como estratégias retórico-argumentativas para convencer o leitor. Essas ocorrências serão listadas a seguir de forma que a locução verbal aparece em itálico e o auxiliar modal se apresenta destacado em negrito:

(1) “Indenização a vítimas de barragem em Brumadinho **precisa** ser rápida”

(2) “...a mineradora **pretende antecipar** as indenizações aos parentes das vítimas...”

(3) “A polícia **tenta esclarecer** por que a barragem (...) se rompeu de uma hora para outra...”

(4) “A própria Raquel Dodge disse que a Vale não **deveria esperar** ações judiciais para pagar indenizações às famílias...”

Ao analisarmos os exemplos (1), (2), (3) e (4), percebemos que o articulista pretende provocar uma mudança de atitude no leitor do jornal e/ou nas autoridades responsáveis. Relembrando Halliday (1994), dentre as quatro principais funções da fala estão o oferecimento – dar bens e serviços – e a ordem – pedir bens e serviços. É indubitável a existência de uma tentativa de troca de bens e serviços com o leitor nos quatro casos. Nessa troca, a linguagem é instituída como instrumento de ação. O falante tem expectativa de que o interlocutor faça o que é enunciado. Além disso, é válido lembrar que o linguista utiliza o termo “proposta” para designar a função semântica de uma oração na troca de bens e serviços. As ocorrências destacadas são, portanto, propostas.

Esse tipo de modalidade recebe uma denominação específica: modulação. A modulação assume o valor de obrigatoriedade nas situações (1) e (4). Já nas situações (2) e (3), a modulação apresenta valor de inclinação.

É possível notar que, nos casos (1) e (4) as locuções verbais “precisa ser” e “deveria esperar” são verdadeiras estratégias retórico-argumentativas não só pela carga semântica, mas pela carga diretiva das construções. O articulista, por meio do auxiliar modal “precisar”, expressa a necessidade de rapidez nas indenizações da mineradora Vale aos parentes das vítimas da tragédia. E, especificamente, com o auxiliar modal “dever”, citado na fala da procuradora-geral da República, Raquel Dodge, o jornalista também pretende provocar – ainda que de forma mais sutil que o caso (1) – uma tomada de atitude por parte da Vale.

Nos casos (2) e (3), as construções “pretende antecipar” e “tenta esclarecer” indicam tentativa ou esforço. É possível perceber que o articulista utilizou esses operadores modais para denotar, respectivamente, uma inclinação por parte da

mineradora Vale em antecipar as indenizações e uma inclinação por parte da polícia na explicação a respeito da segurança da barragem.

Considerações finais

O estudo realizado caracterizou os verbos auxiliares modais como configurações de significados interpessoais. A investigação dessas estruturas em um exemplar do gênero editorial permitiu identificá-las como estratégias retórico-argumentativas, na medida em que pressupõem a intencionalidade discursiva do enunciador na tarefa de convencimento.

Referências

HALLIDAY, M. A. K. Estrutura e função da linguagem. In: LYONS, J. (org.) **Novos horizontes em linguística**. São Paulo: Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

_____. **Language as social semiotic: the social interpretation of language and meaning**. London: Edward Arnold, 1979.

_____. **An Introduction to Functional Grammar**. 2. ed. London: Edward Arnold, 1994.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Argumentação e linguagem**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

INDENIZAÇÃO a vítimas de barragem em Brumadinho precisa ser rápida. **Jornal O Globo** [on-line]. 11 fevereiro 2019. Disponível em:
<<https://oglobo.globo.com/opiniao/indenizacao-vitimas-de-barragem-em-brumadinho-precisa-ser-rapida-23440424>>. Acesso em: 11 fevereiro 2019.

Anexo

Indenização a vítimas de barragem em Brumadinho precisa ser rápida

Vale promete acordo extrajudicial, mas histórico de tragédias mostra que empresas adiam reparações

No dia 31 de janeiro, menos de uma semana depois do rompimento da Barragem do Córrego da Mina do Feijão, em Brumadinho, tragédia que já contabiliza pelo menos 165 mortos e 160 desaparecidos, o presidente da Vale, Fabio Schvartsman, afirmou, após uma reunião com a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, que a mineradora pretende antecipar as indenizações aos parentes das vítimas, independentemente dos R\$ 100 mil que estão sendo pagos a título de doação. “Estamos preparados para abdicar de ações judiciais e queremos assinar acordos extrajudiciais” disse. É o que se espera diante do horror perpetrado pelo desastre que destruiu famílias e arrasou casas, sítios e fazendas, derramando sobre o município mineiro 12 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro.

As causas que levaram ao segundo maior desastre ambiental do país ainda estão sendo apuradas. A polícia tenta esclarecer por que a barragem, classificada como de baixo risco e alto potencial de dano pela Agência Nacional de Mineração (ANM), e cujos laudos atestavam ser estável, se rompeu de uma hora para outra, surpreendendo inclusive funcionários que estavam na administração e no refeitório. Mas a questão das indenizações segue outro caminho, independente. A própria Raquel Dodge disse que a Vale não deveria esperar ações judiciais para pagar indenizações às famílias, assumindo imediatamente, e de forma clara, as suas responsabilidades na tragédia.

Decerto, é o desejável. Mas a história mostra realidade diferente. Num caso semelhante, o rompimento da Barragem do Fundão, da Samarco/Vale/BHP, em Mariana, em novembro de 2015, um acordo para pagamento de indenização só foi fechado em outubro do ano passado, quase três anos após a tragédia que matou 19 pessoas e causou impacto incalculável ao ambiente.

Essa lentidão tem sido um traço comum em alguns dos desastres que chocaram a opinião pública. Como o incêndio na Boate Kiss, em Santa Maria (RS), em janeiro de 2013, em que morreram 242 pessoas. Até hoje famílias não receberam indenização.

O caso Bateau Mouche, iate que naufragou na saída Baía de Guanabara matando 55 pessoas no réveillon de 1988, é ainda mais escandaloso. Trinta anos depois, famílias ainda lutam na Justiça para receber indenização.

De certa forma, o acidente de Brumadinho repete tragédias brasileiras recentes, seja na carga de histórias dramáticas ou na sequência de falhas e omissões que desencadeiam o desastre. Mas existe a oportunidade de fazer diferente. Postergar indefinidamente o pagamento de indenizações às famílias de vítimas é impor uma nova tragédia a essas pessoas que já perderam tudo o que tinham para perder.